

Presidente decide hoje se deve ter líder do Governo



No encontro que deverá manter hoje na Fazenda do Pericumã, com o deputado Ulysses Guimarães, o presidente José Sarney dará a palavra final sobre a indicação ou não de um líder para representar o governo junto à Assembleia Nacional Constituinte. Com ou sem ele, o Conselho Político do governo deverá se reunir, por convocação presidencial, no final da próxima semana — provavelmente quinta-feira — para definir os rumos da relação Executivo-Legislativo durante a realização da Assembleia Nacional Constituinte.

Na hipótese da desistência da ideia de indicação do seu líder, Sarney apresentará a decisão como uma concessão aos partidos da Aliança Democrática. Em troca ele pedirá a absoluta fidelidade das lideranças escolhidas pelas bancadas do PMDB e do PFL e mostrará a importância de um canal eficiente e desobstruído de divergências internas pelo qual as ideias do Governo possam transitar entre os dois prédios da Praça dos Três Poderes.

Importância

Se Sarney optar por manter seu homem no plenário da Constituinte — possibilidade que a cada dia parece mais remota — ele tentará provar que a decisão não caracteriza um desprestígio aos líderes escolhidos pelas bancadas, mas, pelo contrário, uma prova da importância com que o poder executivo distingue esta legislatura do Congresso. Tarefa que se tornou mais árdua desde que o ministro Marco Maciel admitiu que o fórum principal da atuação da nova figura política que o Presidente poderá criar será a própria Constituinte — e não o Congresso e suas reuniões ordinárias — o que foi identificado como uma tentativa de ingerência do Executivo na elaboração da nova Constituição.

Com ou sem um líder formal, o Palácio do Planalto vai utilizar de todos os meios disponíveis para manter a hegemonia sobre os novos Constituintes. Baseado em um número sobre o qual não se conhece o verdadeiro significado — PMDB e PFL juntos detém 80% dos votos constitucionais — os primeiros episódios da instalação da Constituinte acenderam as luzes vermelhas do Palácio do Planalto e colocaram os articuladores políticos do Governo em estado de alerta. Especialmente a proposta de Constituinte exclusiva, que pegou o Presidente e seus assessores de surpresa e por pouco, não dá um golpe mortal na autoridade de Sarney.

Novos

Sustos como este, o coração do regime não aguenta. E, até agora, o comportamento dos "novos", que ocupam mais da metade dos gabinetes da Câmara e do Senado ainda é uma incógnita para o alto comando nacional, apesar dos levantamentos que já foram feitos pela Sub-chefia de Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil. Estes, avaliam os assessores de Sarney, utilizaram critérios técnicos que, quando passam para a esfera política deixam de ser tão confiáveis.

Como na medicina — isto sabe o Presidente — o excesso de remédios preventivos também pode provocar sequelas. Por isso ele poderá abrir mão agora do seu líder — o que não significa que a ideia estará definitivamente descartada, mas não deixará de se vacinar contra o que classifica de "extremismos", para ele a grande ameaça à nova Constituição e à própria índole da nação, reconhecidamente, acredita Sarney, moderada.

Se for indiciado, Herrmann irá recusar

O deputado João Herrmann, candidato à liderança do PMDB, recusa ser líder do governo. Ele concorre à liderança da bancada na eleição de terça-feira, mas desde já avisa: "Não aceito ser líder do governo. Estou disputando a liderança da minha bancada e quero ser apenas líder da bancada", disse ele ontem quando apresentava sua plataforma de campanha à imprensa.

Parlamentar de trânsito livre na Presidência da República, onde desfruta a amizade da família Sarney, João Herrmann embora recuse ser escolhido líder do governo, aceita a decisão do presidente Sarney em escolher esse líder. Ele conversou na tarde de sexta-feira com o presidente da República, pelo telefone e, mais uma vez, ouviu de Sarney a decisão do governo em escolher seu líder no Congresso, não na Constituinte. "O presidente da República — disse Herrmann — me garantiu que não quer um

líder na Constituinte. Ele entende soberana".

Sobre a liderança do governo, independente do líder da bancada, Herrmann afirmou que nem ele, nem seu partido, pode impedir a escolha: "Eu não defendo a figura do líder de governo, mas não posso impedir o direito do presidente manter seu líder. Esse líder, caso seja escolhido, vai defender os interesses do governo e não da bancada".

Quanto aos rumores sobre a escolha do deputado Prisco Viana (PMDB-BA) para ser líder do governo e os possíveis vetos do partido para que ele seja o porta-voz político do presidente da República, Herrmann negou o veto. Informou o parlamentar que Prisco "é um bom negociador e não há restrições a seu nome". Herrmann informou ainda que a escolha do líder de governo deverá ocorrer após a eleição do líder do PMDB, "quando ficar conhecido o resultado".

Na análise feita pelo parlamentar quanto à escolha do líder de governo, Sarney ainda não apontou o nome "porque tudo depende da eleição do líder da bancada peemedebista, na terça-feira. Caso seja escolhido um nome que tenha condições de circular e liderar a bancada, o presidente não terá necessidade de ter seu líder próprio. Se o nome for de alguém sem controle da bancada, aí o presidente Sarney, obrigatoriamente, terá seu líder".

Reforma ministerial

Na plataforma de campanha pela liderança de seu partido, Herrmann inclui a reforma ministerial, afirmando que o PMDB, pelo crescimento da força política, "tem direito a mais dois ministérios". Além disso, ele defende um amplo debate antes da eleição de líder, uma revisão nos limites do voto de liderança e um papel mais ativo dos vice-líderes.

Nova Assembleia já mostra os vícios do regime militar

Marcondes Sampaio

Com uma semana de vida, a Assembleia Constituinte já apresenta muitos dos vícios e deformações que caracterizaram a atuação do Congresso durante o autoritarismo militar. A relação desses "pecados" inclui a indiferença diante do agravamento da crise econômica, a tibieza no enfrentamento das influências externas que pretendem limitar a ação da Assembleia, os casuísmos, os lances de oportunismo e a inconsistência de certas decisões.

É certo que algumas dessas deformações decorrem do "pecado original" — a forma de convocação da Assembleia. Por não ter resultado de uma ruptura institucional, mas de um grande acordo com ponderáveis forças conservadoras, originárias do regime anterior, a Constituinte congressual se ressentiu de independência suficiente para eliminar, de imediato, os condicionamentos impostos pela legislação e pelas situações de fato remanescentes do autoritarismo. Exemplo disso são a influência do Palácio do Planalto sobre a Assembleia e a preocupação com a reação dos militares no que diz respeito às propostas políticas e socialmente mais avançadas.

A indiferença

É verdade que nesses primeiros dias os constituintes se defrontaram com o problema concreto da elaboração de normas para o desenvolvimento dos trabalhos da Assembleia. Contudo, chama atenção a indiferença de grande maioria em relação ao "Brasil real", à crise econômica com suas implicações sociais e institucionais. Uma con-

sulta aos jornais da semana passada mostraria que as atenções dos constituintes — sobretudo os do PMDB e PFL — estiveram voltadas preferencialmente para as articulações relacionadas ao preenchimento de cargos — lugares nas Mesas e a escolha de líderes — e para o problema do regimento, registrando-se poucas manifestações isoladas de preocupação com a crise. O senador peemedebista Affonso Camargo iniciou a articulação de uma reunião da executiva peemedebista para avaliar a situação nacional e o presidente do PT, Luis Inácio da Silva, pediu uma sessão extraordinária da Constituinte que se destinaria exclusivamente ao debate do problema econômico.

"Chama a atenção a indiferença da maioria dos Constituintes em relação ao 'Brasil real' e à crise econômica com suas implicações sociais e institucionais".

Outro sintoma da indiferença de muitos constituintes foi o declínio no comparecimento ao plenário a partir de quarta-feira. Parlamentares antigos costumam justificar que um deputado ou senador tem várias formas de atuar fora do plenário, o que é verdadeiro. A justificativa, contudo, pode ser aceitável para períodos normais de atuação do Congresso e não num momento de instalação de uma Constituinte, em que não faz sentido a atuação clientelista, menos ainda na primeira semana de trabalho e

diante da situação do país.

Os limites

Sempre que se falou em Constituinte, surgiram, paralelamente, manifestações indicando a possibilidade de os militares reagirem contra propostas mais avançadas. As advertências quanto à reação dos militares intensificaram-se semana passada depois que a bancada do PMDB aprovou, no dia 30, uma moção favorável à tese da Constituinte exclusiva e diante da proposta do deputado pernambucano Maurílio Ferreira Lima, preconizando a competência da Assembleia para revogar dispositivos da atual Constituição.

As lideranças do governo no Congresso entraram prontamente em ação para esvaziar a proposta de Maurílio Ferreira Lima. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, fez uma declaração reveladora das limitações da Constituinte: "A soberania (da Assembleia) não é uma coisa abstrata. Ela deve respaldar-se num poder real".

Os deputados Lyzâneas Maciel, do PDT, e Haroldo Lima, do PC do B, recusou esse tipo de "realismo" característico das forças conservadoras do PMDB e da Arena nos governos militares. Observa Lyzâneas que "todo regime autoritário, e esse é um regime autoritário, precisa engendrar perigos para justificar o imobilismo, mas foi sob ameaças que a sociedade avançou nos últimos anos".

Haroldo Lima reclama uma ação mais concreta dos constituintes para a afirmação da soberania da Assembleia e salienta que seu presidente, Ulysses Guimarães, até agora nada fez nesse sentido.